



ADVOGADOS

COVID-19

SÍNTESE DAS MEDIDAS LEGISLATIVAS

Actualização a 1 de Abril de 2020¹

TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

1. MEDIDAS DE PROTECÇÃO SOCIAL NA DOENÇA E PARENTALIDADE

1.3. SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA A FILHOS E NETOS

(...)

1.3.2. Assistência à família – regime de faltas justificadas

Consideram-se faltas justificadas ao trabalho, as faltas motivadas por:

- i. Assistência a filho ou outro dependente a cargo, menor de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, bem como a neto que viva com o trabalhador em comunhão de mesa e habitação e que seja filho de adolescente com idade inferior a 16 anos, decorrentes da suspensão das actividades lectivas ou não lectivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoios à primeira infância ou deficiência (quando determinadas pelo Governo ou por autoridade de saúde no exercício das suas competências), as quais são consideradas justificadas e não acarretam a perda de direitos, excepto no que diz respeito à retribuição.

¹ Apresentam-se neste documento apenas as secções alteradas por legislação publicada desde o dia 28 de Março. As alterações estão marcadas a *negrito* e mantêm-se os títulos das secções para mais fácil identificação. A anterior Síntese de Medidas Legislativas a 28 de Março mantém-se apenas com excepção do assinalado neste documento e pode ser consultada através do *link* referido na mensagem.

AD ASTRA PER ASPERA

- ii. Esta medida apenas se aplica às ausências verificadas no período lectivo, de 16 a 27 de Março, não sendo extensível ao período, definido legalmente, de férias da Páscoa (com início a 28 de Março).
- iii. Assistência a cônjuge ou pessoa que viva em união de facto ou economia comum com o trabalhador, parente ou afim na linha recta ascendente que se encontre a cargo do trabalhador e que frequente equipamentos sociais, cuja actividade se encontre suspensa por determinação das autoridades de saúde ou pelo Governo, desde que não seja possível a continuidade de apoio através de resposta social alternativa;
- iv. Prestação de socorro ou transporte por bombeiros voluntários com contrato de trabalho com empregador do sector privado ou social, que sejam comprovadamente chamados pelo respectivo corpo de bombeiros.

(...)

O regime descrito de faltas para assistência à família pode apresentar especificidades no caso de trabalhadores mobilizados para serviços essenciais².

2. MEDIDAS DE APOIO À ECONOMIA E AO TRABALHO

(...)

V. Proibição do despedimento

Durante o período de aplicação das medidas de apoio previstas no Decreto-Lei n.º 10-G, de 26 de Março, conforme acima definidas, bem como nos 60 dias seguintes, o empregador não pode fazer cessar contratos de trabalho³ ao abrigo das modalidades de despedimento colectivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho previstos no Código do Trabalho (artigos 359.º e 367.º, d), respectivamente).

² Como tal qualificados pela Portaria 82/2020, de 29 de Março.

³ Actualizado pela Declaração de Rectificação n.º 14/2020, de 28 de Março.

FISCALIDADE E SEGURANÇA SOCIAL

1. DILAÇÃO DE PRAZOS PARA O CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DE OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E LIQUIDAÇÃO DE IMPOSTOS

(...)

1.2. IVA mensal e trimestral e retenções na fonte de IRS e IRC

As obrigações de pagamento de IVA e de retenções na fonte (IRS e IRC) calendarizadas, nos termos da lei, para o segundo trimestre de 2020 (Abril, Maio e Junho) podem realizar-se da seguinte forma:

- i. Pagamento imediato nos termos habituais;
- ii. Pagamento em três ou seis prestações mensais sem juros.

No caso de opção pelo pagamento prestacional, a primeira prestação vence-se na data em que normalmente o imposto deveria ser entregue e as restantes prestações mensais na mesma data dos meses subsequentes.

O pagamento prestacional não depende da prestação de quaisquer garantias.

Estas medidas estão disponíveis a sujeitos passivos que:

- i. Tenham obtido um volume de negócios até € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) em 2018; ou
- ii. Cuja actividade se enquadre nos sectores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2 -A/2020, de 20 de Março; ou que
- iii. Tenham iniciado a actividade em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 (ou reiniciado a actividade em, ou após 1 de Janeiro de 2019 e não tenham obtido volume de negócio em 2018); e, bem assim, os que
- iv. Declarem e demonstrem (por certificação de ROC ou TOC) uma diminuição da facturação comunicada através do portal *E-fatura* de, pelo menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior.

Quando o portal E-Fatura não reflecta a totalidade das operações praticadas sujeitas a IVA, ainda que isentas, relativas a transmissão de



bens e prestações de serviços, referentes aos períodos em análise, a aferição da quebra de facturação deve ser efectuada com referência ao volume de negócios (com certificação de ROC ou TOC).⁴

(...)

3. CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

- i. Redução para 1/3 da obrigação do pagamento das contribuições sociais referentes aos meses de Março, Abril e Maio de 2020 ou, caso tenha sido integralmente liquidado o valor das contribuições relativas a Março, as referentes aos meses de Abril, Maio e Junho de 2020;
- ii. O valor remanescente, correspondente a 2/3, é liquidado a partir do 3.º trimestre de 2020 (a partir de Julho e até, o mais tardar, Dezembro de 2020) em 3 ou 6 prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros e sem necessidade de prestação de garantia.

Esta medida abrange apenas as contribuições (e não as quotizações a cargo do trabalhador) e não se encontra sujeita a requerimento, mas pressupõe que as entidades empregadoras indiquem, em Julho de 2020, no site da Segurança Social Directa, qual o prazo de pagamento que escolhem e, quando aplicável, demonstrem, em conjunto com certificação do Contabilista Certificado, o cumprimento dos requisitos relativos a facturação.

As entidades empregadoras que ainda não tenham procedido ao pagamento das contribuições relativas ao mês de Fevereiro (até 20 de Março) devem fazê-lo até ao final do presente mês. Caso pretendam aderir à possibilidade de diferimento de parte das contribuições acima referida, deverão entregar, até essa data, o valor das quotizações apurado, acrescido de 1/3 das correspondentes contribuições.

Esta medida é aplicável a entidades empregadoras com:

- i. Menos de 50 trabalhadores;
- ii. Um total de trabalhadores entre 50 e 249, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20% da facturação comunicada através do *E-fatura*, nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média do período de actividade decorrido;

⁴ Alteração introduzida pela Declaração de Rectificação n.º 13/2020, de 28 de Março.

- iii. Um total de 250 ou mais trabalhadores, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da facturação comunicada através do *E - Fatura* nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média do período de actividade decorrido, e se enquadrem numa das seguintes previsões⁵:
- a) Se trate de instituição particular de solidariedade social ou equiparada, ou
 - b) Se trate de entidade empregadora cuja actividade se enquadre nos sectores encerrados ou nos sectores da aviação e do turismo relativamente ao estabelecimento ou empresa efectivamente encerrados;
 - c) A actividade dessas entidades empregadoras tenha sido suspensa, por determinação legislativa ou administrativa, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março, na Lei de Bases da Protecção Civil ou na Lei de Bases da Saúde, relativamente ao estabelecimento ou empresa efectivamente encerrados.

No que respeita às alíneas i) e ii), quando a comunicação dos elementos das facturas através do *E -Fatura* não reflecta a totalidade das operações praticadas sujeitas a IVA, ainda que isentas, relativas a transmissão de bens e prestações de serviços, relativas aos períodos em análise, a aferição da quebra de facturação deve ser efectuada com referência ao volume de negócios (com certificação de TOC).⁶

O número de trabalhadores é aferido por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de Fevereiro de 2020.

Este regime de diferimento do pagamento de contribuições é igualmente aplicável a trabalhadores independentes.

4. PLANOS PRESTACIONAIS E SUSPENSÃO DE PROCESSOS

São suspensos durante o período de duração da pandemia, equiparado a férias judiciais, os planos prestacionais em curso **relativos a processos de execução fiscal**⁷ junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança

⁵ Alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 13/2020, de 28 de Março.

⁶ *Idem*.

⁷ *Idem*.



Social (sem prejuízo de poderem continuar a ser cumpridos nos prazos acordados com a entidade em causa).

Os processos de execução fiscal em curso ou que venham a ser instaurados pela Autoridade Tributária e Aduaneira ou por dívidas à Segurança Social ficam suspensos até 30 de Junho de 2020.

São igualmente suspensos, até 30 de Junho de 2020, os planos prestacionais em curso por dívidas à Segurança Social fora do âmbito dos processos executivos, sem prejuízo de poderem continuar a ser pontualmente cumpridos.

(...)

01.04.2020

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

- i. Despacho n.º 2875-A/2020, de 3 de Março;
- ii. Despacho n.º 104/2020-XXII, de 9 de Março;
- iii. Despacho n.º 3103-A/2020, de 9 de Março;
- iv. Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março;
- v. Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de Março;
- vi. Portaria n.º 71/2020, de 15 de Março;
- vii. Declaração de Rectificação n.º 11-B/2020 de 16 de Março;
- viii. Declaração de Rectificação n.º 11-C/2020 de 16 de Março;
- ix. Portaria n.º 76-B/2020, de 18 de Março;
- x. Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de Março;
- xi. Lei n.º 1 – A/2020, de 19 de Março;
- xii. Decreto-Lei n.º 2-A/2020, de 20 de Março;
- xiii. Declaração de Rectificação n.º 11-D/2020 de 20 de Março;
- xiv. Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2020, de 23 de Março;
- xv. Despacho n.º 3651/2020, de 24 de Março;
- xvi. Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de Março;
- xvii. Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março;
- xviii. Decreto-Lei n.º 10-J, de 26 de Março;
- xix. Decreto-Lei n.º 10-K, de 26 de Março;
- xx. Decreto-Lei n.º 10-L, de 26 de Março;
- xxi. Portaria n.º 81/2020, de 26 de Março.
- xxii. Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais n.º 129/2020-XXII, de 27 de Março.
- xxiii. Declaração de Rectificação n.º 13/2020, de 28 de Março;
- xxiv. Declaração de Rectificação n.º 14/2020, de 28 de Março;
- xxv. Portaria n.º 82/2020, de 29 de Março.**